

Redeh

De: "Schuma Schumacher" <schuma@redeb.org.br>
Para: "Marcia Lemos" <marcialemos@mulher500.org.br>
Enviada em: sábado, 5 de fevereiro de 2005 14:11
Anexar: header.htm
Assunto: Fw: Os Negros e o Poder no Brasil

Schuma Schumacher
 Coordenadora Executiva
 Rede de Desenvolvimento Humano
 Rua Álvaro Alvin, 21/16º andar
 Centro Rio de Janeiro RJ 20031-010
 Tel: (21)2262-1704 Fax: (21)2262-6454

www.redeb.org.br

www.mulher500.org.br

— Original Message —

From: Érico Vital Brazil

To: Schuma

Sent: Wednesday, February 02, 2005 3:01 PM

Subject: Os Negros e o Poder no Brasil

Os Negros e o Poder no Brasil - Proposta de Agenda de Pesquisa

Cloves Luiz Pereira Oliveira[1]

Introdução

Desde o início da década de 80, com o advento do processo de redemocratização no Brasil, o país vem assistindo a emergência de candidaturas negras vencendo corridas eleitorais para cargos do executivo municipal e estadual. Considerando a prevalência do tradicional padrão de recrutamento político-eleitoral brasileiro para cargos políticos, marcado pelo quase monopólio de homens brancos oriundos dos quadros das elites, os casos de negros eleitos prefeitos de grandes metrópoles e governadores de estados da união ainda são pontuais (Fontaine, 1985). A eleição de Alceu Collares (PDT-RS) para prefeito da cidade de Porto Alegre no pleito municipal de 1985, primeiras eleições diretas para este cargo pós-1964, dá início ao fenômeno das candidaturas negras em eleições majoritárias no Brasil. Nas eleições estaduais de 1990, Alceu Collares herdeiro político de Leonel Brizola, volta a arena com sucesso e conquista o governo do estado do Rio Grande do Sul, enquanto o empresário capixaba Albuino Azeredo (PDT-ES) vence a corrida eleitoral para o palácio do governo do estado no Espírito Santo. Seis anos depois, nas eleições municipais de 1996, o economista Celso Pitta (PPB-SP) materializa, segundo a imprensa nacional, "o choque político do ano", ao ganhar a prefeitura de São Paulo.

Contudo, não somente as candidaturas negras vitoriosas provocaram impactos na dinâmica político-eleitoral brasileira, mas também as disputas eleitorais envolvendo políticos negros, mesmo que derrotados, vêm imprimindo ao longo dos últimos anos grande influência na política local e nacional, por trazerem à tona questões usualmente ausentes do debate político e da opinião pública em geral, como, por exemplo, o problema dos preconceitos e desigualdades raciais no Brasil. Destaca-se, neste sentido, às campanhas de Edvaldo Brito (PTB-Ba), em 1985, e de Benedita da Silva (PT-RJ), em 1992, às prefeituras das cidades de Salvador e do Rio de Janeiro, respectivamente. Curiosamente, observa-se que foi justamente em estados onde os afro-descendentes constituem-se minoria do eleitorado, como o Rio Grande do Sul, Espírito Santo e São Paulo, que os políticos negros tiveram maior sucesso[2].

05/02/2005

<http://www.pp-br.org.br/olped/documentos/ppcor/0192.pdf>

O interessante é perceber que apesar do Brasil ser uma sociedade multirracial e multi-étnica, onde os negros representam atualmente cerca de 44% da população, e em algumas capitais brasileiras eles chegam a compor mais da metade, as pesquisas destinadas, especificamente, ao estudo dos determinantes sociais do voto e comportamento político raramente incluem questões sobre raça e etnicidade[3]. Certamente, a perpetuação do mito da democracia racial no Brasil, aliado a sub-avaliação, por parte de expressivo contingente de intelectuais brasileiros, da importância da raça na definição das oportunidades de participação política e social, deve ter contribuído para a configuração deste quadro. No entanto, sendo as eleições, conforme enfatiza Figueiredo et alli (1997), um microcosmo que reflete a vida social, econômica, cultural e política de uma sociedade, tanto em termos pragmáticos quanto simbólicos, a existência dos preconceitos contra os negros no Brasil, representando-os, freqüentemente, como indivíduos destituídos de qualidades para o exercício do poder, pode-se supor que a variável raça se constitui num importante fator para definir os termos do debate que se estabelece entre os candidatos, o eleitorado e a opinião pública durante as campanhas.

Assim, atento a significativa emergência das candidaturas negras a cargos majoritários e proporcionais no Brasil e à importância da comunicação na atividade política desde a abertura democrática em 1985, com sua capacidade de construir, mediante os recursos da comunicação de massa, identidades e resignificar a realidade, este paper analisa a produção acadêmica de estudos sobre o negro e o poder no Brasil e sugere uma agenda de pesquisa para este tema. Esta agenda destaca a importância do estudo do negro enquanto candidato, eleitor e agente formador de opinião no arena política brasileira; indica a necessidade de introduzir o negro como objeto dos estudos sobre mídia e política, analisando-se as estratégias comunicativas e retóricas das campanhas majoritárias que envolvem candidatos negros, a influência direta da comunicação e da propaganda política nestes processos eleitorais, como também a relação destas campanhas com o eleitorado e a opinião pública. Isto significa refletir tanto sobre as estratégias de persuasão utilizadas no debate político nas campanhas, quanto sobre o diálogo que as candidaturas negras travaram com a imprensa durante as eleições. Assim, esta agenda propõe que se analise os vários determinantes do sucesso e fracasso das campanhas de políticos negros no Brasil.

Negro e poder no Brasil

É interessante notar que grande parte do referencial teórico sobre a relação entre raça e política no Brasil foi produzido a partir de trabalhos que não tinham como interesse central discutir este tema. Eram, em geral, estudos comparativos sobre relações raciais, mobilidade social, desigualdades raciais e religião, que acabavam por, indiretamente, fazer algumas considerações sobre a participação do negro na arena política brasileira (Azevedo, 1955; Fernandes, 1965; Pierson, 1945; Hasenbalg, 1979). Assim sendo, a desigual presença de brancos e negros em cargos políticos no Brasil, que se perpetua desde os períodos da primeira república, com o quase monopólio dos brancos, era explicada como decorrente do padrão de participação dos negros na sociedade e do seu padrão de mobilidade social. Neste quadro aparecem os seminiais trabalhos Brancos e Pretos na Bahia: Um estudos de contato racial (1945) do antropólogo americano Donald Pierson e As elites de cor: um estudo sobre ascensão social (1955) do antropólogo baiano Thales de Azevedo.

Vendo a Bahia como exemplo do padrão de relações raciais brasileiro, Donald Pierson realiza uma aguda radiografia da situação de brancos e afro-descendentes durante os anos 30 e 40. Financiado pela UNESCO, o antropólogo americano procurava desenvolver um estudo sobre contatos inter-raciais que se tornassem comparáveis com as situações de outros países (Maio, 1996). Analisando a composição racial das classes na sociedade baiana dos anos 40, Pierson observou a distribuição ocupacional, juntamente com outros índices como a posse de bens e padrão de consumo, e percebeu que os pretos e mulatos escuros ocupavam os estratos mais baixos da sociedade, enquanto os mulatos claros e brancos se alocavam nas camadas superiores. A mesma situação se encontrava no campo da política, onde negros eram minoria, compondo menos que 10% da presumida elite política baiana da época.

Os achados de Pierson somam-se aos realizados por Thales Azevedo em seu estudo sobre os canais de mobilidade social para afro-descendentes na Bahia até os anos 50. Neste trabalho, Azevedo explica que a política era uma das poucas vias de ascensão social para negros na Bahia até a década de 50. Os outros canais de mobilidade social identificados por ele eram o casamento inter-racial, o comércio e a burocracia. A escolarização e adoção de valores representativos dos brancos eram vistas por este autor como um dos principais passaportes para ascensão social dos negros baianos. Tanto Pierson como Azevedo defendiam que a sociedade baiana, como a brasileira, era multirracial de classes, onde desenvolvia-se relações pacíficas entre os vários estoques raciais. O único problema para os negros era que esta sociedade vivia sob uma ordem competitiva de classes, mas cultivava códigos de conduta e valores da sociedade de status, na qual a cor continuava a determinar as referências sobre o lugar de cada um. Eles detectaram que a cor negra era símbolo de baixo status e que existiam preconceitos contra os afro-descendentes, representando-os freqüentemente como feios, sujos e ignorantes quando comparados aos brancos. Apesar deste dados, Pierson e Azevedo concluíram que no Brasil não existiam barreiras raciais. Os problemas de mobilidade social e participação política, para eles, seriam determinados não por questões raciais, mas pela dinâmica da relação entre classes sociais e conflitos culturais (Guimarães, 1996).

As críticas às ideias de Pierson e Azevedo surgiram somente a partir da metade dos anos 50 com os trabalhos da chamada Escola Paulista de Sociologia, composta pelo sociólogo francês Roger Bastide e os jovens pesquisadores brasileiros Florestan Fernandes, Fernando Herinque Cardoso e Octávio Ianni, que investigaram as relações raciais nas cidades de São Paulo e de Florianópolis. A obra *A Integração do Negro na Sociedade de Classes* (1965) de Florestan Fernandes sintetiza grande parte da contribuição desta escola para os estudos sobre relações raciais e sobre a situação do negro no Brasil. Neste trabalho, Fernandes tentou compreender porquê decorridos mais de sessenta anos após a abolição da escravatura, os negros ainda continuavam alocados nos baixos estratos da sociedade e eram o contingente da população que enfrentava mais dificuldades para se integrar à sociedade competitiva.

As análises de Fernandes contribuíram para desmistificar, pelo menos no horizonte da academia, as teses alimentadas por Gilberto Freyre, Donald Pierson e Thales de Azevedo de que o Brasil seria uma democracia racial. Sua pesquisa revelou que a existência de preconceitos raciais, discriminação contra os negros em São Paulo, competição com o imigrante, falta de apoio do Estado e sindicatos, aliado a falta de preparo (material e moral) dos próprios negros contribuíam, negativamente, para perpetuar as distâncias sociais entre brancos e negros. Estes fatores explicariam a precária integração do negro na sociedade capitalista no Brasil. Fernandes acreditava que os preconceitos e o racismo eram resíduos herdados da sociedade escravocrata e que à medida que se instituísse uma ordem capitalista cessariam estes problemas. Enquanto isto, as tentativas dos afro-descendentes de conquistar cargos políticos pareciam ser dificultadas pelos estereótipos contra o negro, sua própria falta de auto-estima, e principalmente pela desorganização social e conformismo presente no meio negro.

Vinte anos mais tarde, tendo como cenário um Brasil já com forte urbanização e industrialização em algumas regiões do país, é mais uma vez através de um estudo sobre estratificação racial, que são apresentados novos elementos para entender a relação entre o negro e o espaço político no Brasil. Buscando identificar os mecanismos que reproduzem as desigualdades raciais no Brasil, o sociólogo Carlos Hasenbalg (1979) critica as interpretações propostas pela escola baiana e a escola paulista de sociologia, que viam as desigualdades raciais como herança do escravismo, e afirma que a sociedade capitalista confere novas funções às representações negativas contra o negro. Para ele, a exploração de classe e a opressão racial articulam-se enquanto mecanismo de exploração de grupos subordinados, conferindo imensas desvantagens aos negros na disputa pelos bens materiais e simbólicos desejados na sociedade brasileira.

Hasenbalg explica que quatro fatores contribuíam para a não emergência de ações políticas fundadas na solidariedade racial para vencer as desigualdades. Primeiro, a cooptação através da mobilidade ascendente de parte da população de cor; segundo, a produção de manipulações ideológicas, com

racismo e mito da democracia racial, que visavam naturalizar as desigualdades; terceiro, repressão e dominação; por último, a manutenção de um sistema de dominação dos grupos subordinados. Este autor, então, conclui que uma identidade racial fragmentada dos negros e a predominância de projetos individuais de mobilidade social prejudicavam as aspirações políticas neste grupo; além, é claro, da estrutura político-eleitoral brasileira e dos regimes políticos aí vigentes.

Nota-se que pelo fato de grande parte dos estudos sobre relações raciais até a década de 70 estarem concentrados na análise de questões como estratificação racial e desigualdades, as explicações iniciais para a ausência de negros em cargos políticos no Brasil inclinavam-se para vê-la como reflexo da estrutura geral de participação e inserção do negro na sociedade. Dessa maneira, tendia-se a desconsiderar as especificidade do campo político e a lógica eleitoral e partidária como determinantes da inserção dos negros na política. Ironicamente, ao longo deste período, os cientistas políticos, que poderiam preencher as lacunas deixadas pelos estudiosos de relações raciais na explicação da relação entre raça e política, também ignoravam as especificidades desta problemática[4].

Segundo Goldman & Sant'Anna (1996), os autores que trataram da disputa partidária eleitoral no Brasil relativa ao período da década de 40 a 90 investigavam mais o papel dos partidos do que a "mecânica do voto". Grande parte destes trabalhos tendia a se dividir entre aqueles que enfatizam a precariedade e a falta de legitimidade do sistema partidário brasileiro, e outros que defendiam o papel fundamental destas instituições na consolidação do regime democrático no Brasil. Vendo os partidos como um dos principais atores da arena política brasileira, as respostas para entender o que determinava a oferta de voto para os partidos girava em torno da busca da identificação da escolha eleitoral observando-se a influência das classes sociais, grau de instrução, gênero, idade e religião. Talvez por força do mito da democracia racial, que desconsiderava o papel da raça na definição dos arranjos sociais no mundo do trabalho, da religião, etc., os cientistas políticos poucas vezes incluíram a variável raça como peça para as suas análises (Soares & Silva, 1985).

Dessa forma, numa época em que fatores raciais eram vistos como irrelevantes na análise do processo político, Bolivar Lamounier (1968), no final da década de 60, surgiu como um dos poucos cientistas políticos a perceber a importância da variável racial e étnica no comportamento político e eleitoral no Brasil. Aparentando temer a emergência de um devir negro que viesse a buscar no campo político a redefinição da sua situação sócio-econômica, Lamounier propõe aos seus colegas algumas reflexões em seu artigo "Raça e Classe na Política Brasileira". Ele incentivá-os a questionar o que aconteceria se um grupo étnico, majoritariamente situado nos baixos segmentos sociais, tivesse preferências políticas adequadas a esta condição, independentemente da sua condição de classe. Uma vez aceita esta proposição, o autor especula, ainda, sobre quais seriam as condições propícias para o desenvolvimento do comportamento político de base étnica, bem como quais seriam os objetivos políticos das lideranças negras e suas estratégias de luta. Suas análises sobre a relação entre raça e política seguem os passos das teorias de Pierson (1945), Azevedo (1955) e Fernandes (1965), que eram perspectivas dominantes naquele período. Lamounier também acreditava que o desinteresse e a apatia do negro com relação às atividades sociais e políticas eram decorrentes do estado de anomia (social e psicológica) em que eles se encontravam. Para este autor, a ausência de conflitos raciais no terreno político advinha da forma latente como o próprio problema se colocava na sociedade brasileira, principalmente devido a dificuldade de delimitar o raio de influência da raça e da classe nas oportunidades de mobilidade social. Contudo, parece que os apelos de Lamounier não sensibilizaram muito aos colegas de sua geração[5].

Não surpreende-nos que o "olhar estrangeiro" do cientista político americano Pierre-Michel Fontaine (1985) tenha sido aquele a revelar outras perspectivas para compreender a luta dos negros pelo poder político no Brasil. Baseado em pesquisas realizadas entre os anos 70 e 80, Fontaine fez um inventário do número de políticos negros no congresso brasileiro e nas principais casas legislativas do país, constatando que havia poucos negros no poder no Brasil. Ele, contudo, afirmava que era incorreto supor, como ele própria já havia feito anteriormente, que os afro-descendentes não exerciam poder político. Ele notou que os negros possuíam um poder intersticial, residual e acumulativo, que era exercido por

lideranças negras entre os seus pares, no universo das suas organizações (comunitárias, religiosas), nos bairros populares e nas favelas, para manipular o Estado, os partidos ou os políticos. Este poder – muitas vezes fundamentado em relações de patronagem com o Estado ou com caciques políticos – podia se materializar, por exemplo, nas eleições quando os votos da “comunidade” eram negociados por promessas de serviços de urbanização dos bairros. Embora defendendo suas teses com certa timidez, Fontaine identificou, nestas mobilizações associativas e comunitárias, as bases para emergência de significativo contingente de políticos negros no Brasil. A grande contribuição deste autor é chamar a atenção para o fato que, dentro das suas especificidades, os negros exercem poder no Brasil. O ponto fundamental era identificar os mecanismos deste poder, suas fontes, instrumentos e locais.

Não obstante, uma das mais importantes iniciativas de pesquisar o comportamento político dos negros numa eleição e as suas representações sobre raça e política partiu da antropóloga Ana Lúcia Fahar Valente (1986), em São Paulo. Valente investigou o comportamento políticos dos negros enquanto candidatos, eleitores e militantes, durante as eleições estaduais paulista de 1982. Muitos observadores consideram que estas foram as primeiras eleições livres depois da instauração do regime militar em 1964 (Soares & Silva, 1985). Nesta trabalho, Valente buscou verificar as posições político-ideológicas dos candidatos negros durante esta campanha, suas estratégias eleitorais, a receptividade do eleitorado as candidaturas negras e a relação dos partidos políticos perante as reivindicações específicas deste grupo.

Segundo Valente, os negros apareceram como importantes parceiros políticos no pleito estadual de 1982, em São Paulo. De uma maneira geral, todos os partidos, independente de tendências ideológicas, tentaram atrair os políticos negros para os seus quadros. Algumas agremiações, como o PDT, PMDB e o PT, introduziram em seus programas itens específicos comprometendo-se a lutar em prol das causas dos afro-descendentes. Tais ações tinham, segundo a autora, o intuito de conseguir votos no meio negro.

A restauração do pluripartidarismo abriu mais vagas para os negros se candidatarem e mais opções de escolhas de legendas. Todavia, Valente observou que 83,3% dos candidatos negros concorreram por partidos ditos de oposição, como o PDT, PT e PMDB[6]. Dentre as estratégias eleitorais deste candidatos, podia-se destacar o interesse de muitos deles de arregimentar o voto étnico, mas também o imenso receio de veicular propostas relacionadas a questão racial. Cautelosamente, nos seus discursos, a maioria dos candidatos negros em 1982 dirigiam suas mensagens a todos os eleitores, tentando evitar rejeição tanto do eleitorado branco quanto do negro. Dos 16 candidatos ligados ao movimento negro que disputaram as eleições, doze candidatos proclamaram-se “porta-vozes” dos negros (Borges Pereira, 1982). Apesar desta estratégia, poucos políticos negros conseguiram se eleger nestas eleições.

Estes dados são, sem dúvida, instigantes, principalmente quando confrontados com os achados de Soares & Silva (1985) sobre os determinantes da votação ao candidato Leonel Brizola, do Partido Democrático Trabalhista, nas eleições estaduais de 1982 para o governo do Rio de Janeiro. Com base em uma pesquisa de base quantitativa, os autores perceberam que a variável racial foi um importante fator na votação à Leonel Brizola, destacando que os pardos foram o grupo que mais concedeu voto a este candidato. Os autores avaliaram que o fato do PDT, com sua proposta de instauração de um “socialismo moreno” no Brasil, ter assumido em campanha um compromisso de trabalhar em favor da população negra e ter feito um apelo eleitoral aos pobres e despossuídos contribuiu para a penetração desta candidatura junto aos negros. Cerca de duas décadas atrás, semelhante fenômeno foi observado também por Amaury de Souza (1960) estudando as eleições estaduais do Rio de Janeiro em 1960. Ele, também, notou uma correlação positiva entre a cor escura e preferência de voto no partido trabalhista, mesmo depois de controlada a identificação da classe social.

Observa-se que, com exceção do trabalho da Valente (1986), a maioria dos autores resenhados acima tenderam a ver os afro-descendentes, prioritariamente, como eleitores. Uma preocupação que, raras vezes, surgiu foi a de saber como se desenvolve a participação do negro enquanto candidato, tendo em vista os preconceitos que pairam sobre os afro-descendentes na sociedade brasileira. No contexto dos anos 50 e 70, Fernandes (1965) e Hasenbalg (1979), lembraram-nos que os preconceitos contra os

negros não apenas lhes dificultavam a obtenção de posições socialmente valorizadas no mercado de trabalho, mas também terminava por desencorajar-lhes a competição em eleições. Todavia, devido à carência de levantamentos censitários sobre o perfil dos candidatos segundo raça em eleições proporcionais no Brasil até 1982, tornava-se difícil afirmar qual era a oferta de negros candidatos.

Contudo, no final dos anos 80, observando o cenário que se desenhava na cidade de Salvador, dois fatos instigaram-me a investigar as campanhas de políticos negros. Primeiro, a observação do surgimento de significativo número de candidatos negros disputando uma das 33 cadeiras da Câmara Municipais de Salvador em 1988. Sendo Salvador um cidade cuja maioria da população é negra (78%), mas que os cargos de poder político tem sido, historicamente, monopolizados por políticos brancos, pareceu-me importante pesquisar quais eram os problemas que marcavam as campanhas dos candidatos negros (Oliveira, 1991). Segundo, a percepção da emergência de um poder cultural negro - representado pelo surgimento de associações culturais, religiosas, políticas e carnavalescas - tentando construir uma identidade positiva para os afro-descendentes revelava a politização da questão racial na Bahia (Agier, 1992). Esta dinâmica "etnopolítica" do espaço afro-baiano, como denominou Agier, levou a um "embate de subjetividades", no qual o que estava em disputa não era apenas a redefinição da imagem do negro, mas a própria redefinição do lugar que ele deveria ocupar na sociedade, especialmente no campo político.

Vislumbrando este quadro, fui "ao campo" tentar perceber até que ponto princípios étnicos e raciais interferiam ou não na estruturação de ações e alianças políticas na campanha dos candidatos negros em uma cidade cuja maioria da população é negra e pobre. Centrando meu olhar sobre estes candidatos, pesquisei as eleições de 1988 e de 1992 na cidade de Salvador. Queria saber quais eram as identidades, propostas, representações de mundo e das relações raciais apresentadas por estes políticos, além é claro de identificar quais foram às estratégias eleitorais por eles adotadas e os obstáculos enfrentados durante a campanha (Oliveira, 1991; 1997;. 1998)

Em resumo, constatei que, realmente, um expressivo contingente de afro-descendentes estava disputando estes pleitos. Nas eleições de 1992, por exemplo, dos 1149 candidatos que disputaram as eleições mais da metade era negro (Oliveira, 1997). Surpreendentemente, vimos que apenas 10% dos candidatos faziam apelos à identidade étnica como estratégia eleitoral ou viam a questão racial como um problema político. Sendo em sua maioria políticos oriundos de movimentos sociais urbanos, de associações profissionais ou religiosas, suas propostas políticas buscavam, freqüentemente, resolver problemas específicos de suas "comunidades". Questões relativas a falta de infra-estrutura urbana e carência de equipamentos de consumos coletivos. Este políticos explicavam que era preferível utilizar identidades sociais que não ensejassem tantos conflitos e ambigüidades quanto a idéia de negritude. Embora sem contar com assessoria de marketing políticos, muitos candidatos afirmavam que suas campanhas eram orientadas não apenas por aquilo que acreditavam, mas, principalmente, em função daquilo que achavam que os seus eleitores desejavam (Oliveira, 1998).

O mais recente estudo de campanha eleitoral de candidato negro foi realizado por Maria Gabriela Scotto (1994). Com abordagem etnográfica, Scotto analisou a campanha de Bendita da Silva à prefeitura do Rio de Janeiro, em 1992. Ela estava preocupada em perceber às representações de gênero que marcavam a participação da candidata do Partido dos Trabalhadores nestas eleições. Assim, surpreende perceber que a autora pouco problematiza em seu trabalho a maneira como a questão racial interferiu na "representação e apresentação" de Benedita da Silva na sua relação com o eleitorado e assessores da campanha. Pois, como lembram vários autores (Brown et alli, 1993; Moncrief et alii, 1991; Oliveira, 1997), tradicionalmente, na arena a política, fatores de gênero e de raça atuam juntos na definição das oportunidades de conquista de cargos de poder, geralmente, como enfatiza Moncrief et alii (1991), conferindo uma dupla desvantagem para as mulheres negras. Isto é, elas tem que enfrentar os entraves advindos do fato de serem mulheres e negras num universo onde os símbolos de competência são masculinos e eurocêntricos.

Apesar da expressividade do fenômeno das candidaturas negras a cargos majoritários na vida política do país nos últimos quatorzes anos, nota-se que as Ciências Sociais no Brasil não lhes têm dado a devida

atenção enquanto objeto de estudo, seja na área de estudos sobre relações raciais, seja no campo de pesquisas sobre política e eleições (Laraia, 1979; Soares & Silva, 1985). Isto se explica em parte, como vimos, pela existência dos preconceitos étnicos e raciais na sociedade brasileira, os quais representam, usualmente, os negros como indivíduos destituídos de qualidades para o exercício do poder e da riqueza; pela predominância de interpretações que viam o padrão de participação dos negros na arena política como sub-produto da seu status precário na sociedade, por esta razão eles estariam aliados das disputas dos cargos políticos eleitorais; pela existência de períodos de regimes autoritários que restringiam tanto a participação política quanto os reflexões sobre os fenômenos do poder; finalmente pela própria dinâmica da Ciências Sociais que tende a valorizar mais alguns objetos de estudos que outros. Todos os fatores contribuíram, em menor ou maior grau para o baixo interesse pelos estudos sobre negro e o poder no Brasil.

A agenda que propomos enfatiza a importância de se analisar o negro enquanto ator participante de todas as dimensões que compõem a arena política: eleitor, grupo de pressão, candidato e político. Neste sentido, faz-se necessário ainda a realização de pesquisas e levantamentos censitários que permitam identificar as características sócio-econômicas e político-ideológicas sobre os negros, no que se refere a todas as dimensões acima mencionadas, uma vez que são poucos os materiais empíricos que se dispõem. Ao mesmo tempo, uma frente de estudos poderia buscar compreender os condicionadores do comportamento do negro na arena política, do seu processo de inserção nos espaços do poder, dos problemas que enfrenta e das estratégias que utiliza para participar deste campo. O desenvolvimento de pesquisas de políticas comparadas, tão pouco utilizada no Brasil, também constitui-se em método muito útil, pois ofereceria oportunidades de perceber os padrões de participações do negro em distintos cenários político-eleitorais, culturas políticas, arranjos políticos partidários e estruturas sócio-econômicas. Por fim, percebendo como Matos et alii (1994), a centralidade da comunicação na atividade política e a mídia como parte constitutiva do processo eleitoral desde a abertura democrática em 1985, penso que a área de estudos sobre mídia e política, constitui-se num campo estratégico para compreender a relação entre o negro e o poder no Brasil, sobretudo os estudos de campanha de candidatos a governador e à prefeito de grandes metrópolis, como é o caso da candidatura de Celso Pitta e de Benedita da Silva, nas eleições municipais paulistas e cariocas deste ano.

Bibliografia

Azevedo, Thales de. 1955. *As elites de cor: um estudo de ascensão social*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

Aldé, Alessandra & Dias, Heloísa. 1997. "Intervalo surpresa: spots eleitorais na campanha municipal de 1996". *Comunicação & Política*, n.s, v.5, no. 1, pp. 83-100.

Barcelos, Luiz C. et alii. 1991. *Escravidão e relações raciais no Brasil: cadastro da produção intelectual (1970-1990)*. Rio de Janeiro: Centro de Estudos Afro-Asiáticos.

Barros, Andréa & Morris, Kachani. 1996. "A inesperada cor negra a vitória". *Veja*, 20/nov.

Borges Pereira, João B. 1982. "Aspectos do comportamento político do negro em São Paulo". *Ciência e Cultura*. 34 (10): 1. 286-94, out.

_____. 1983. "Parâmetros ideológicos do projeto político de negros em São Paulo: um ensaio de antropologia política". *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. São Paulo, (24): 53-61.

Bill, James A. 1981. *Comparative politics: The quest for theory*. Washington: University Press of America.

- Brown, Clyde et alli. 1993. "Gender-based differences in perceptions of male and female city council candidates". *Women and Politics*, Vol. 13 (1): 1-17.
- Rubim, Antônio Albino C. & Azevedo, Fernando A. 1997. "Mídia e política no Brasil: literatura e agenda de pesquisa". Caxambu, MG: XXI Encontro Anual da ANPOCS.
- Cardoso, Edson L. 1996. "O avanço dos bonecos". *O Estado de São Paulo*. 11/out.
- Costa, Frederico L. 1997. "A opinião faz a opinião: teoria e prática da pesquisa qualitativa de avaliação da propaganda eleitoral". *Comunicação e Política*, n.s., v.4, no.1, pp. 134-157.
- Dawson, Micheal. 1994. *Behind the mule: race and class in African-American politics*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press.
- Dijk, Teun A. Van. 1993. "Analysing racism through discourse analysis: some methodological reflections". in *Race and Ethnicity in Research Methods*. London: Sage Publication. pp. 92-134.
- Dolhnikoff, Mirian et alli. 1995. "Raça e política: entrevista de Benedita da Silva a Mirian Dolhnikoff, Fernanda Peixoto Ribeiro Thomaz". *Novos Estudos*, No.43, novembro, pp. 8-25.
- Engstrom, Richard L. & McDonald, Michael D. 1991. "The election of blacks to city councils: clarifying the impact of electoral arrangements on the seats/ population relationship".
The American Political Science Review.
- Eulau, H. & Czudnowski, M. 1976. *Elite recruitment in democratic politics. Comparative Studies Across Nations*. New York: Sage Publication.
- Felinto, Marilene. 1997. "O homem invisível". *República*, ano 1, n..4, Fevereiro. pp. 38-42.
- Fernandes, Florestan. 1965. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, v.1.
- Figueiredo, Marcus et allii. 1997. "Estratégias de persuasão eleitoral: uma proposta metodológica para o estudo da propaganda eleitoral". *Opinião Pública*, v. IV, n.3, Campinas CESOP/UNICAMP, pp. 109-120
- Fontaine, Pierre-Michel. 1985. *Race, class and power in Brazil*. Los Angeles, Center for Afro-American Studies.
- _____ 1985. "Blacks and the search for power in Brazil". in *Race, class and power in Brazil*". Los Angeles, Center for Afro-American Studies. pp. 56-72.
- Goldman, Márcio & Palmeira, Moacir. 1996. "Apresentação". in *Antropologia, voto e representação política*. Rio de Janeiro: Contra Capa. pp. 1-12
- Goldman, Márcio & Sant'Anna, Ronaldo S. 1996. "Elementos para uma análise antropológica do voto". in *Antropologia, voto e representação política*. Rio de Janeiro: Contra Capa. pp. 13-40.
- Guimarães, Antônio Sérgio A. 1996. "Cor, classe e status nos estudos de Pierson, Azevedo e Harris na Bahia, 1940-1960". in *Marcos Chor Maio e Ricardo Santos (org.). Raça, Ciência e Sociedade*. Fiocruz/ Centro Cultural Banco do Brasil. pp. 143-158
- Hasenbalg, Carlos A. 1979. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Graal.

- Kachani, Morris. 1996. "A aposta de Malu". *Veja*, 04 de setembro. pp. 20-23.
- Lamounier, Bolivar 1968. "Raça e classe na política brasileira". *Cadernos Brasileiros*. (47): 39-50, Mai/Jun.
- Lane, Jane-Erik & Ersson, Svante. 1994. *Comparative politics: an introduction and new approach*. Cambridge-UK: Polite Press.
- Laraia, Roque de B. 1979. "Relações entre negros e brancos no Brasil". *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*. (7): 11-21.
- Lima, Marcelo O. C. de. 1996. "Volatilidade eleitoral em São Paulo, 1985-1992". *Novos Estudos*, n. 46, pp.21-37.
- Lima, Márcia. 1997. "A eleição de Celso Pitta: relações raciais e contexto político". *Questões de Raça - Seleções de notícias da imprensa brasileira sobre relações raciais*. n.o 8, mar-abril.
- Maio, Marcos C. & Santos, Ricardo V. 1996. *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Fio Cruz/CCBB.
- Marques, Fabrício. 1996. "Um negro eleito por conservadores". *Jornal do Brasil*, 17/ nov.
- Matos, Heloísa et alli. 1994. *Mídia, eleições e democracia*. São Paulo: Scritta.
- Moncrief, Gary et alli. 1991. "Gender, race, and the state legislature: a research note on the double disadvantage hypothesis". *The Social Science Journal*, v. 28, Number 4, pages 481-487.
- Moreira, Diva. 1996. "Celso Pitta e o voto negro. "O Estado de Minas". 31/out.
- Novaes, Carlos Alberto M. 1996. "O primeiro turno da eleição para prefeito de São Paulo". *Novos Estudos*, No. 46, pp.3-21.
- _____ 1996a. "A geografia do voto em São Paulo e contornos sociais das preferências do eleitor". *Novos Estudos*, No. 45, pp. 4-14.
- Oliveira, Cloves Luiz P. 1991. "Os negros candidatos a vereador em Salvador, em 1988". *Cadernos CRH, Suplemento*, pp. 94-116.
- _____ 1997. *A luta por um lugar: gênero, raça e classe. Eleições municipais de Salvador-Bahia, 1992. Série Toques. Programa A Cor da Bahia-UFBa*.
- _____ 1998. "Raça, política e mobilidade Social: o caso dos candidatos a vereador afro-brasileiros em Salvador, Bahia". *Annual Meeting of the Latin American Studies Association, Chicago, Illinois*.
- Pelissero, John P. & Holian II, David B. 1994. *Electing a minority mayor: the impact on city finances and employment. Annual Meeting of the American Political Science Association, New York, NY, September*.
- Pierson, Donald. 1945. *Brancos e pretos na Bahia: estudo de contato racial*. Rio de Janeiro.
- Pierucci, Antônio F. & Prandi, Reginaldo. 1995. "Religião e voto: a eleição presidencial de 1994". *Opinião Pública, Campinas*, v. III, n.1, pp.20-30, Maio.
- Porto, Mauro P. 1999. "Televisão e voto: A eleição de 1992 para prefeito de São Paulo". *Opinião Pública, Vol. IV, No.1, Campinas. CESOP/UNICAMP*, pp.41-50.

Raça Brasil. Março/1997. Entrevista com Celso Pitta.

Santos, André M. 1997. "Nas fronteiras do campo político: raposas e outsiders no congresso nacional". RBCS, No. 33, ano 12, Fevereiro. pp.87-101

Scotto, Maria G. 1994. Representação e apresentação: uma análise da campanha de Benedita da Silva à prefeitura do Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, Museu Nacional -UFRJ.

_____ 1996. "Campanha de rua, candidatos e biografias". in Moacir Palmeira & Márcio Goldman (org.) Antropologia, voto e representação política. Rio de Janeiro: Contra Capa. pp. 165-181.

Soares, Gláucio Ary D. & Silva, Nelson do V. 1985. "O charme discreto do socialismo moreno". Dados, Rio de Janeiro, 28 (2): 253-73.

Souza, Amaury de 1971. "Raça e política no Brasil urbano". Revista de Administração de Empresas. Rio de Janeiro, 11 (4): 61-70, out./dez.

Valente, Ana Lúcia Eduardo Farah 1986. Política e relações raciais: os negros e às eleições paulistas de 1982. São Paulo: FFLCH-USP, (Antropologia, 10).

Zimmerman, J.F. & Rule, W. 1994. Electoral systems in comparative: the impact on women and minorities. Westport, Connecticut: Greenwood Press.

[1] Doutorando em Ciência Política do IUPERJ, Professor da UEFS e Pesquisador do Programa A Cor da Bahia-UFBA

[2]- Atentos à influência da raça nas relações sociais e participação política, pesquisadores americanos assinalam que o nível sócioeconômico da população negra e a proporção deste grupo na sociedade provocam impactos na dinâmica eleitoral (Engstrom et alli, 1991; Moncrief at alli. 1991; Polissero & Holian II, 1994). Engstrom et alli (1991), por exemplo, indicam que, no caso americano, quando os negros compõe pelo menos 10% da população do município ocorrem transformações significativas no nível de representação negra e impactos no sistema eleitoral. Geralmente, observa-se uma maior capacidade dos candidatos negros de conquistar cargos políticos, como também de influenciar nas definições de políticas públicas.

[3]- Um cuidadoso levantamento da produção intelectual de estudos sobre escravidão e relações raciais no Brasil dos anos 70 a 90, realizado por Barcelos et alli (1991), revela que grande parte destes trabalhos versam sobre temas como escravidão e abolição (47%), religião (16.7%), relações raciais e desigualdades (10.9%), bibliografia e estudos sobre o tema (7%). Menos de 18.4% da produção intelectual sobre relações raciais investiga problemas relativos a participação política, cultura e identidade. A revisão bibliografia sobre mídia e política no Brasil realizada por Rubim & Azevedo (1997) também revela a inexistência de pesquisas que reflitam sobre impacto da variável raça no comportamento político e eleitoral no Brasil.

[4]- Um indicador deste quadro de pouca contribuição dos cientistas políticos ao estudo sobre raça e política pode ser a observação do número de dissertação de mestrado e teses de doutorado defendidas na pós-graduação em Ciência Política na Universidade de São Paulo de 1986 a 1998. Este acervo não registra um trabalho sequer investigando a participação do negro ou outros grupos étnicos nas eleições no Brasil.

[5]- Tal indiferença dos pesquisadores às questões relativas a relação entre raça e política no Brasil parece-me compreensível, pois até o início da década de setenta – seja devido aos constrangimentos que os regimes autoritários impunham a participação política, seja por força do elitismo que imperava no jogo eleitoral – as mobilizações políticas dos negros e outros grupos étnicos eram raras e sem grandes impactos nas instituições políticas, como o Estado e os partidos políticos (Fontaine, 1985).

[6]- Borges Pereira (1982) explica que a tendência dos negros de atuarem em partidos de oposição talvez decorra do fato dos militantes negros equacionarem a “situação” como referente ao grupo dominante, o grupo dos brancos, já a “oposição” defenderia o grupo dos dominados, os negros. Ou seja, observa-se entre os militantes negros a tendência a identificar este grupo com os pobres e trabalhadores. Borges Pereira nota que os políticos negros são eleitos por expressivo contingente de votos oriundo dos negros, contudo raras vezes eles tem podido se colocar como seus representantes.